

1. DO OBJETO

1.1. Objeto: Aquisição e instalação de 06 (seis) aparelhos de Ar Condicionado para as edificações do Centro de Radiofarmácia (CECRF) do IPEN.

ITEM	MATERIAL (Especificação Técnica)	UNID.	TOTAL
01	<p>APARELHO AR CONDICIONADO, 12.000 BTU/H, SPLIT HI-WALL, FRIO</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO NOMINAL: 12.000 BTU/H VAZÃO DE AR UNIDADE INTERNA (MÁXIMA): DE 10 A 16 M3/MIN VAZÃO DE AR UNIDADE EXTERNA (MÁXIMA): DE 25 A 32 M3/MIN TENSÃO: 220 V, 60 Hz POTÊNCIA DE REFRIGERAÇÃO: 1000 A 1100 W EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (EER): DE 2,8 A 3,4 W/W CLASSE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (INMETRO): "A" TIPO: SPLIT HI-WALL CICLO: FRIO TECNOLOGIA DO COMPRESSOR: INVERTER GÁS REFRIGERANTE: 410A COR: BRANCA NÍVEL DE RUÍDO INTERNO: (MÍNIMO/MÁXIMO) 19/39 Db(A) NÍVEL DE RUÍDO EXTERNO: (MÁXIMO) 47 Db(A) MEDIDAS APROXIMADAS DA EVAPORADORA: 798 X 292 X 214 MM (LXAXP) MEDIDAS APROXIMADAS DA CONDENSADORA: 717 X 483 X 230 MM (LXAXP) CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, FILTRO ANTIBACTÉRIA, IONIZADOR, MODO AUTO LIMPANTE, PROTEÇÃO ANTICORROSÃO.</p> <p>REFERÊNCIA: HI-WALL 12000 FR 220V INVERTER ELGIN ECO R410-A HORIZ. OU EQUIVALENTE.</p>	UN	1
02	<p>APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL, 18.000 BTU/H CICLO A FRIO.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 18.000 BTU/H TENSÃO 220 V, 60 HZ, MONOFÁSICO CONSUMO: 1580 WATTS OPERAÇÃO: CICLO A FRIO SISTEMA DE OPERAÇÃO POR CONTROLE REMOTO DIGITAL BAIXO NÍVEL DE RUÍDO DE ATE 52DB INSUFLAMENTO DE AR DE 900M3/H / UNIDADE EVAPORADORA COMPRESSOR: ROTATIVO VARIÁVEL EM FUNÇÃO DA TEMPERATURA DESEJADA POTENCIA DO COMPRESSOR: 900 WATTS FILTRO DE ÍONS DESODORIZANTES FILTRO ANTIBACTÉRIA DE PROTEÇÃO ATIVA ANTIFÚNGICOS E ANTIBACTERIANA FUNÇÃO DESUMIDIFICADOR DIMENSÕES APROXIMADAS DO EVAPORADOR: (LXAXP) MM 998X320X228MM.</p> <p>REFERÊNCIA: HI-WALL 18000 FR 220V INVERTER ELGIN ECO R410-A HORIZ. OU EQUIVALENTE.</p>	UN	1
03	<p>APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL, 24.000 BTU/H CICLO A FRIO</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 24.000 BTU/H TENSÃO 220 V, 60 HZ, MONOFÁSICO CONSUMO: 2322W OPERAÇÃO: CICLO A FRIO SISTEMA DE OPERAÇÃO POR CONTROLE REMOTO DIGITAL BAIXO NÍVEL DE RUÍDO DE ATÉ 56 DB INSUFLAMENTO DE AR DE 1100M3/H / UNIDADE</p>	UN	2

	<p>EVAPORADORA COMPRESSOR: ROTATIVO VARIÁVEL EM FUNÇÃO DA TEMPERATURA DESEJADA POTÊNCIA DO COMPRESSOR: 1100 WATTS</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FILTRO DE ÍONS DESODORIZANTES E ANTIBACTÉRIA DE PROTEÇÃO ATIVA ANTIFÚNGICOS E ANTIBACTERIANA, FUNÇÃO DESUMIDIFICADOR.</p> <p>REFERÊNCIA: HI-WALL 24000 FR 220V INVERTER ELGIN ECO R410-A HORIZ. OU EQUIVALENTE.</p>		
04	<p>APARELHO DE AR CONDICIONADO, 36.000 BTU/H, TIPO SPLIT, MODELO PISO TETO, CICLO A FRIO</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO: 36.000 BTU/H VAZÃO NOMINAL: 1.150 M3/H FREQUÊNCIA: 60 HZ TENSÃO: 220 V MONOFÁSICO CORRENTE ELÉTRICA REFRIGERAÇÃO: 17,83 A POTÊNCIA ELÉTRICA REFRIGERAÇÃO: 3740 W DIMENSÕES DA EVAPORADORA: 1200X232X625 MM(LXAXP) INSTALAÇÃO NO TETO OU PISO</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BAIXO NÍVEL RUÍDO, INSUFLAMENTO DE AR DE 3 VELOCIDADES COM DIRECIONAMENTO AUTOMÁTICO SWING, FILTRO ANTI-PÓ DE BOA QUALIDADE, COMPRESSOR SCROLL, CONTROLE REMOTO SEM FIO COM DISPLAY, DISPLAY DIGITAL NA EVAPORADORA COM AUTO DIAGNÓSTICO, TIMER PARA LIGAR DESLIGAR, OPERAÇÃO INTELIGENTE DO COMPRESSOR QUE PROPORCIONA MAIOR ECONOMIA DE ENERGIA, FUNÇÃO DE REINÍCIO AUTOMÁTICO (APÓS QUEDA DE ENERGIA O APARELHO MEMORIZAR AS CONFIGURAÇÕES E AUTOMATICAMENTE RETOMAR A ELAS APÓS A ENERGIA SER RESTAURADA) GARANTIA: 03 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DE MATERIAL.</p> <p>REFERÊNCIA: PISO TETO 36000 FR ELGIN ATUALLE ECO 220V OU EQUIVALENTE.</p>	UN	2

1.2. A instalação deverá ser realizada pela empresa CONTRATADA, incluindo os seguintes serviços:

- I - Instalação da unidade evaporadora;
- II - Instalação da unidade condensadora;
- III - Furos de passagem;
- IV - Incluso todo material para até 4 metros (tubulações, isolações térmicas e cabos de sinal);
- V - Suporte para unidade externa, caso necessário;
- VI - Ligação de comandos e funcionamento do aparelho.

1.3. Critério de julgamento será o regime de execução de aquisição **por item**.

1.4. **CAPACIDADE TÉCNICA**

1.4.1. Comprovação de aptidão (Atestado de Capacidade Técnico-Operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio

da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

1.5. SUSTENTABILIDADE

1.5.1. A Contratada deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc.) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.5.2. Ainda considerando o impacto ambiental da execução das atividades, o planejamento e metodologia das auditorias/atividades e preparação das programações, a Contratada deverá aplicar as melhores técnicas e fazer o uso racional dos recursos, já que estes têm impacto direto em consumo de energia, além de eventualmente na produção de lixo.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição do objeto descritos faz-se necessário para propiciar melhor conforto térmico e ambiente mais agradável de trabalho nas edificações ocupadas atualmente pelo Centro de Radiofarmácia (CECRF) e pela Gerência de Aceleradores Cíclotrons (SEAOOC).

2.2. Justifica-se a contratação dos serviços descritos pela necessidade de propiciar melhor conforto térmico e ambiente mais agradável de trabalho nas edificações ocupadas pela coordenadoria de Requisições do Centro de Radiofarmácia, local onde teve seu número de funcionários aumentados, sendo que o atual aparelho não consegue atender a demanda atual. Tal situação pode ser verificada através de cálculo de dimensionamento de condicionadores de ar.

2.3. Constata-se a necessidade do equipamento para climatização do ambiente onde estão instalados aparelhos UPS (Fonte de Energia Ininterrupta), equipamentos responsáveis pela regulação da tensão de todos os equipamentos da Gerência de Aceleradores Cíclotrons (SEAOOC), assim como a alimentação dos mesmos em caso de queda de energia.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução definida é o melhor conforto térmico e ambiente mais agradável de trabalho nas edificações ocupadas atualmente pelo Centro de Radiofarmácia (CECRF) e pela Gerência de Aceleradores Cíclotrons (SEAOOC) e climatização do ambiente onde estão instalados aparelhos UPS (Fonte de Energia Ininterrupta), equipamentos responsáveis pela regulação da tensão de todos os equipamentos da Gerência de Aceleradores Cíclotrons (SEAOOC), assim como a alimentação dos mesmos em caso de queda de energia.

3.2. A aquisição ocorrerá mediante licitação na modalidade pregão eletrônico, com o julgamento do menor preço por item para definição do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os itens descritos no presente termo de referência são classificados como bens comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem e estão objetivamente definidos no instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado (art. 1º, § único, da Lei nº 10.520/02 e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 3.555/00).

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 dias corridos, contados da data da confirmação da ordem de compra enviados pela CNEN/IPEN, no seguinte endereço:

Serviço de Gestão de Almoxarifado e Patrimônio CNEN/IPEN - SEGAP

Travessa “R”, 400 – Cidade Universitária – bairro Butantã

São Paulo, SP – Brasil – CEP 05508-170

Horário: de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 16h00min.

5.2. A CNEN-IPEN/SP fiscalizará a entrega do material através de servidor capacitado e autorizado, o qual estará investido de plenos poderes para aceitar ou recusar o material, que deve estar em conformidade com o estipulado em contrato e com as normas técnicas pertinentes.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 07 (sete) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias da data do recebimento definitivo do objeto licitado para cada entrega efetuada.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$
da Taxa Anual = 6 %		TX = Percentual

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

o pagamento é efetuado em até 30 dias após recebimento definitivo do produto o que garante à Administração evitar qualquer inadimplemento na prestação de serviço.

14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior,

contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

16.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

- a) Unidade Gestora: 113202;
- b) Fonte de Recursos: 0650110100;
- c) Programa de Trabalho: 085934;
- d) Elemento de Despesa: 449052;
- e) PI: 24780000013.